

**POR DETRÁS DOS MUROS DA ESCOLA: COTIDIANO DO
GRUPO ESCOLAR CÉSAR BASTOS¹ (1947-1961)**

Maria Aparecida Alves Silva²
Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro³
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

RESUMO

O presente estudo refere-se a uma investigação sobre a História da Educação e, para tanto, visa estabelecer as características relevantes da prática educativa desenvolvida pelo Grupo Escolar César Bastos, no período de 1947 a 1961. Para tanto, parte-se dos seguintes questionamentos: Qual o sentido da distribuição espacial e da definição do tempo escolar desta instituição de ensino? O que significou para alunos, professores e diretores participar da história deste estabelecimento escolar? Como abordagem metodológica optou-se pela pesquisa qualitativa, de cunho documental, ancorada na análise das seguintes fontes: Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás de 1949, Mensagens dos Governadores, documentação oficial expedida pelo Grupo Escolar e entrevistas orais realizadas com ex-alunos, ex-professoras e ex-diretoras. Este trabalho se justifica pela escassez de pesquisa acadêmica sobre essa instituição, até o momento. Assim, pode-se afirmar que as práticas educativas vivenciadas no interior desta instituição escolar em alguns momentos se aproximaram, porém em outros se distanciaram daquelas vivenciadas nos primeiros grupos escolares brasileiros.

Palavras-chave: Grupo Escolar; História da Educação; Rio Verde/GO.

**BEHIND THE SCHOOL WALLS: THE SCHOOL GROUP CÉSAR BASTOS
EVERYDAY (1947-1961)**

ABSTRACT

This study refers to an investigation about the History of Education and, therefore, aims at establishing the relevant features of the educational practice developed by the School Group César Bastos in the period from 1947 to 1961. Thus, we started from the following questions: What is the meaning of the spatial distribution and the definition of school time of this educational institution? What did participating in the history of this school mean for students, teachers and principals? Qualitative research of documentary character was chosen as methodological approach, anchored in the analysis of the following sources: Regulation of Primary Education of the State of Goiás of 1949, messages from the Governors, official documents issued by the School Group and oral interviews with former students, former teachers and former directors. This study is justified by the lack of academic research about this institution so far. It can be stated that the educational practices experienced within this educational institution were, at times, similar to those of the first Brazilian school groups, but in other moments they distanced themselves from those ones.

Keywords: Group School; History of Education; Rio Verde/GO.

Introdução

Esta pesquisa, situada no âmbito da História e Historiografia da Educação Brasileira, tem como vertente a História das Instituições Escolares e focaliza, como objeto de estudo, no Grupo Escolar César Bastos⁴, instalado, em 1947, na cidade de Rio Verde – Goiás.

Para tanto, neste estudo busca-se estabelecer as características relevantes de sua prática educativa, por meio da discussão sobre os seguintes tópicos: sujeitos que participaram da história da escola, espaço e tempo escolar.

As questões sobre as práticas desenvolvidas pelo Grupo Escolar César Bastos são analisadas sob a perspectiva de Certeau (1994), pois se busca encontrar sentido nas artes de fazer das diretoras, professoras e alunos, considerando a legitimidade dos saberes e valores que permeiam tais práticas camufladas do coletivo escolar.

Assim, com o objetivo de refletir sobre as práticas, criações e artes desenvolvidas pelo Grupo Escolar, recorre-se ao depoimento dos sujeitos que participaram do processo, no período de 1947 a 1961. Tal procedimento metodológico possibilitou o pensar a respeito das invenções produzidas pelos depoentes no cotidiano escolar, procurando identificar microdiferenças, onde aparentemente, só existe uniformização.

Além dos depoimentos, utilizou-se, também, para a escrita deste texto, as seguintes fontes escritas: Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás (GOIÁS, 1949), Mensagem dos Governadores (GOIÁS 1950) e documentação oficial expedida pelo Grupo Escolar, no período que delinea o recorte cronológico deste trabalho.

1. Por detrás dos muros da escola

1.1 Organização do espaço e do tempo

O prédio do Grupo Escolar ocupava uma área⁵ na periferia da cidade e reunia crianças de toda parte, inclusive da zona rural. Na frente do edifício, construído em alvenaria, erguia-se um grande portão, sendo que todo o terreno ocupado pelo grupo encontrava-se cercado por um alto muro de tijolos, de modo a obstaculizar a relação da escola com o meio, pois:

O muro configuraria, simbólica e materialmente, a delimitação de um espaço próprio, apartado da rua e que se auto-institui como significativo, ao mesmo tempo em que produz aquela como lugar maléfico às crianças. (FARIA FILHO, 2000, p. 62)

Após a entrada pelo portão, alunos, funcionários, pais e demais pessoas que visitavam a instituição de ensino tinham acesso, ao lado do passeio de concreto, a um pequeno jardim com umas poucas plantas e quase nenhuma grama, que ia ter às entradas do edifício. A entrada compunha a parte central do prédio, de modo a quebrar “a rigidez do traçado retilíneo retangular” (SOUZA, 1998, p. 132).



FIGURA 1 - Entrada do Grupo Escolar César Bastos
Fonte: Escola Estadual de Tempo Integral César Bastos

Por detrás dos muros, do portão, das paredes e jardim, a disposição e distribuição do espaço escolar refletiam um projeto particular, com vistas a civilizar e moralizar as crianças e, por extensão, suas famílias. Desse modo:

No interior do edifício-escola configura-se uma gramática espacial na qual a distribuição do espaço corresponde aos usos e às funções diferenciadas, à fragmentação e às especializações de atividades, à disposição de objetos, ao deslocamento e encontro dos corpos, enfim, a toda uma geometria de inclusão e exclusão. (SOUZA, 1998, p. 138)

Dentro dessa divisão espacial, as salas de aula foram projetadas nas laterais, de forma ordenada e linear, distribuídas igualmente entre os dois lados da escola, a partir de um eixo central. O seu interior era retangular⁶ e o sistema de abertura dava-se por meio de quatro janelas, sendo duas localizadas para o lado de fora e duas voltadas para o pátio interno. Vale ressaltar que as janelas que ficavam para o lado de fora do prédio eram feitas de madeira e vidro e as internas eram apenas de madeira, de modo a dar visibilidade e impenhência aos que passavam na rua.

Além das salas de aula, logo na entrada principal havia duas salas pequenas, destinadas à administração da escola, o que permitia controlar a entrada e saída dos alunos, acompanhar o andamento das atividades escolares e impedir a entrada de pessoas não autorizadas. Este local era composto pela sala da diretora e secretária. Sobre este cômodo destinado à secretária, afirmava a ex-diretora, dona Gélcia, que ele nunca foi utilizado para esse fim, pois servia como local para preparo de um leite em pó que o Estado mandava para o lanche das crianças e, como não havia secretária na escola, todo o trabalho relativo a essa profissional era feito por ela, que mantinha tudo arquivado em sua sala. (SILVA, 2012)

A localização na esquina permitia que a luminosidade entrasse de todos os lados e seu modelo simétrico, lugar de onde foram banidas as figuras circulares “não permitia se

perder numa curva nem o olhar poderia se enganar em algum desvio ou devido à escassez de luminosidade”. (PINTO, 2009, p. 106)

O edifício escolar apresentava o formato em “U”. De acordo com Bencostta (2005), a arquitetura dos grupos escolares nesses moldes indica que os projetos nesse formato buscam ocultar o espaço interno. No caso do Grupo Escolar este formato resguardava, até mesmo a entrada das salas de aula, pois suas portas encontravam-se todas para o pátio descoberto, desprotegidas, até mesmo de corredores. Os sanitários localizavam-se na parte externa do prédio escolar, fora da zona edificada. Assim, ir ao sanitário significava “um passaporte para o refúgio, um momento para gazejar”. (SOUZA, 1998, p 141).

Assim, o prédio do Grupo Escolar se constituía, portanto, em um edifício simples, apenas com os cômodos indispensáveis para o seu funcionamento: salas de aula, diretoria, sanitários e pátio para o recreio.

O pátio do César Bastos significava o único espaço adequado para congregar todos os festejos da unidade escolar. Nele, além das atividades culturais e cívicas, também eram realizadas as atividades de educação física e o recreio dos alunos. Segundo o ex-aluno, Sr. Jairon, era nesse espaço onde os meninos brincavam de bicicleta (DUARTE, 2013). Assim, o pátio consistia no “único lugar dentro da escola onde os corpos poderiam se movimentar com maior liberdade, sem chocar com os móveis e com as fronteiras imediatas.” (SOUZA, 1998, p. 144).

Era no pátio, também, que se realizavam as filas antes de entrar para a sala de aula, impedindo que os alunos adentrassem àquele espaço no mesmo ritmo que vinham da rua. Nesse sentido, “o pátio escolar significava a ‘passagem’ de uma ordem a outra, de uma cultura a outra, onde a fila cumpria o importante papel de imposição de uma postura espacial-corporal necessária à ordem escolar” (FARIA FILHO, 2000, p. 63).

Além de legitimar um novo espaço para a educação, os grupos escolares instauraram, também, novas referências de tempos e ritmos. Assim, “a escola primária republicana pôs em marcha uma organização racional do ensino na qual o emprego do tempo ganha relevância e significado” (SOUZA, 1998, p. 214). O intuito de delimitar o tempo passou a ser estabelecido pelo detalhamento das matérias de ensino, calendários e horários escolares, o que tornou necessário a presença de instrumentos como relógios, campainhas e sinetas.

Com relação ao aproveitamento do tempo pelos grupos escolares, o Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás estabeleceu uma série de prescrições. A primeira delas foi o calendário escolar, determinando o início e o término do ano letivo, as interrupções e a duração do exercício escolar. Desse modo, a legislação determinava o seguinte:

Art. 18 – O ano escolar será de oito meses, dividido em dois períodos letivos, entre os quais se intercalarão períodos de férias, a saber:

a) Períodos letivos de 1º de março a 30 de junho e de 1º de agosto a 30 de novembro;

b) Períodos de férias de 15 de dezembro a 15 de fevereiro e de 1º a 31 de julho.

§ 1º - Haverá trabalhos escolares diariamente, exceto aos domingos, feriados nacionais e estaduais, e dias festivos.

§ 2º - Haverá duas provas escritas anuais: a primeira de 20 a 30 de junho e a segunda de 20 a 30 de novembro.

§ 3º - Os exames finais, orais e práticos devem ser realizados de 1º a 15 de dezembro, havendo uma segunda chamada, de 15 ao último dia de fevereiro, para os alunos que, por motivo de doença impeditiva de trabalho escolar, ou por motivo de luto em consequência do falecimento de pessoa de sua família (pais e irmãos) não puderem prestar ditos exames no tempo próprio.

Art. 19 – Fora dos dias mencionados no parágrafo 1º do artigo anterior, as aulas não poderão ser suspensas sem prévia autorização da Secretaria de Educação, salvo se algum acontecimento local extraordinário justificar a suspensão, a qual será levada ao imediato conhecimento da mesma Secretaria, cabendo exclusivamente a esta aprová-la ou não.

§ Único – Em caso negativo, isto é, julgado improcedente o motivo da suspensão, proceder-se-á ao desconto dos vencimentos e punição do responsável, devendo ser prorrogado o período letivo, a juízo da Secretaria da Educação. (GOIÁS, 1949, p. 2).

Bem se vê que o calendário escolar proposto pelo Regulamento refletiu não apenas uma concepção pedagógica, mas, também, concepções sociais, isto porque a semana e o dia correspondem aos módulos convencionais do tempo escolar e do tempo social do trabalho. Seis dias da semana eram destinados aos trabalhos escolares e o domingo era o dia de descanso e repouso. No entanto, cabe aqui lembrar que mesmo considerando os dias festivos como momentos de descanso, estes eram apropriados como dias letivos, principalmente quando motivados por comemorações de caráter cívico, ocasião em que a escola oferecia e participava de espetáculos, ou, em algumas ocasiões, “era o próprio espetáculo” (FARIA FILHO, 2000, p. 71). Ainda, segundo esse autor, os regulamentos propõem a constituição de um tempo artificial imposto às professoras, às diretoras, aos alunos e, mesmo, às famílias.

Com relação ao funcionamento das aulas, a legislação estabelecia:

Art. 82 – As aulas funcionarão:

a) Das 12 às 16 horas nos Grupos Escolares e Escolas Isoladas que possuam um só turno; das 7,30 às 11,30 horas e das 12 às 16 horas, nos mesmos estabelecimentos, quando possuírem dois turnos.

Art. 83 - O período de aula compreenderá dois tempos: o primeiro, de 2 horas e o segundo de 1 ½ horas, havendo entre eles um intervalo de meia hora para o recreio e merenda.

Art. 84 – O recreio será ao ar livre, sob a vigilância dos professores e inspetores de alunos, onde houver. (GOIÁS, 1949, p. 5)

Deste modo, verifica-se que o horário escolar era legitimado como eixo organizador da rotina da comunidade envolvida, posto que fixava o tempo de trabalho e atividades pedagógicas, bem como os momentos destinados ao descanso, lazer e ociosidade. Além do mais, o tempo escolar articulava-se com uma rede disciplinar, pois, “ele educa, modela e conforma, prestando-se aos desígnios da civilização”. (SOUZA, 1998, p. 222).

Inicialmente, em 1948, ano de instalação em prédio próprio, o Grupo Escolar César Bastos funcionou apenas no turno vespertino e atendeu a quatro turmas de alunos, regidas pelas professoras Ena Maria Ferreira - que também exercia a função de diretora -, Silvia de Souza Barros, Adélice Bueno de Freitas e Eunice Gomes Monteiro. (GECB, 1947-1961)

Em 1949, a demanda por vagas obrigou a diretora a determinar o funcionamento da escola em dois turnos: das 7 às 11 horas e das 12 às 16 horas. Observa-se que as aulas do turno matutino não atendiam ao horário proposto no Regulamento: das 7h30min às 11h30min, o que tornou a tentativa de controle do Estado um tanto falha, isto porque, a diretora buscou organizar o tempo do Grupo “de acordo com outros parâmetros que não os da linearidade e fixidez dos regulamentos”. (FARIA FILHO, 2000, p. 71)

Outro item que evidencia o não atendimento às normas propostas no Regulamento refere-se à questão do recreio. De acordo com a legislação, esse momento de descanso deveria ser acompanhado por diretores ou professores, que deveriam manter-se “entre as crianças, corrigindo-lhes com firmeza e carinho as faltas, os vícios de educação e linguagem”. (GOIÁS, 1949, p. 5). No entanto, de acordo com a ex-aluna, Maria Lemes,

ninguém ficava olhando os alunos na hora do recreio, para ver se os meninos se misturavam às meninas, uma vez que era proibida a brincadeira entre as crianças de sexo diferente. “A diretora de vez em quando passava por lá”. (LEMES, 2013).

Apesar de a escola atender em dois turnos, a procura por vagas crescia a passos largos. No início do ano letivo, ou seja, no dia 07 de março de 1949, de acordo com a diretora, em ofício enviado ao Secretário de Educação, havia duzentos alunos matriculados, sendo cem no turno matutino e cem no vespertino, o que excedia o limite de atendimento previsto para o Grupo Escolar.

Assim, no dia 20 de abril de 1949, a diretora enviou outro ofício, desta vez ao Governador do Estado, em forma de abaixo assinado, informando sobre o desejo da mesma em ampliar o prédio do Grupo Escolar, com vistas a expandir o número de vagas. Para tanto, informa a necessidade de aquisição de outro terreno, que segundo ela, já teria sido solicitado ao prefeito, sem resposta positiva por parte do dirigente municipal, que se encontrava com má vontade “em conceder as justas pretensões do povo por julgar que venha a favorecer a facção política que se encontra em oposição ao governo Municipal”⁷ (GECB, 1949).

Tendo seu pedido indeferido, em 9 de maio do mesmo ano, o número de alunos matriculados chegou a duzentos e setenta. Segundo a diretora, havia uma lista de espera com vários nomes de crianças, “aguardando a criação de nova cadeira, afim de que seja aberta as aulas que se instalarão em uma sala nova, feita para esse fim”. (GECB, 1949b). O tamanho da demanda pelo ensino primário evidencia o pouco atendimento oferecido pelo poder público para as crianças em idade escolar.

A insistência da diretora pela ampliação do edifício suscita alguns questionamentos que, as fontes não deixaram evidências para serem respondidas. O Grupo Escolar possuía quatro salas de aula e funcionava em dois turnos, então atendia a oito turmas. Assim, se dividir os duzentos alunos mencionados no ofício do dia 07 de março pelas oito turmas, o total de alunos seria de vinte e cinco. Seria, realmente, o prédio escolar pequeno para o atendimento desse quantitativo de crianças ou a diretora estava a aproveitar dos vínculos políticos para conseguir algum benefício?

Acredita-se que a maior procura por educação escolar relacionava-se a alunos que buscavam o aprendizado das primeiras letras e, valendo-se das proposições instauradas pelo Regulamento concernentes ao quantitativo de alunos por sala de aula, a diretora quis fazer valer a lei⁸, que determinava: “Art. 67 – A matrícula máxima permitida nas diferentes classes nos Grupos Escolares será de 30 alunos para o primeiro ano; 35 para o segundo ano; 40 alunos para as demais séries do curso primário elementar e complementar.” (GOIÁS, 1949, p. 4).

Apesar das tentativas, pelo menos até o ano de 1961, o pedido da diretora ainda não havia sido atendido e o Grupo Escolar permanecia com quatro salas de aula. Com o passar dos anos houve um grande aumento do número de alunos e o prédio escolar tornou-se, realmente, insuficiente para atender a demanda, o que ocasionou o atendimento em três turnos diários de aula.

O rápido crescimento da cidade reclamava a ação urgente para a ampliação da rede de escolas, especialmente do ensino primário. No entanto, nem mesmo o aumento da alíquota da participação dos municípios propostos pela Constituição Federal de 1946⁹, foi suficiente para tirar da inércia o poder público, apesar da crescente e inadiável necessidade de expansão da rede escolar.

Assim uma estratégia utilizada pelo Estado para enfrentar a falta de escolas foi a fragmentação do horário escolar. No Estado de São Paulo tal iniciativa teve início no ano de 1928, com aulas em três turnos de três horas e sem recreio e, a partir de 1955, com duração de duas horas, funcionando a escola em quatro turnos, durante o dia. (CARVALHO, 1988).

De acordo com esta autora, as escolas com mais de dois turnos concentravam-se nos bairros habitados, principalmente, por segmentos da classe de renda mais baixa, evidenciando a diferença de tratamento dado pelos poderes públicos aos problemas sociais, conforme afetem esta ou aquela classe social. Acontece, assim, “a lei do cuidado inverso: quanto mais pobre é a população, menor é a quantidade e a qualidade dos cuidados que recebe” (idem, p. 87).

A partir de 1957 o Grupo Escolar passou a atender em três turnos, durante o dia, com aulas de duração de 3 horas. O primeiro turno iniciava-se às 7h30min e terminava às 10h30min, o segundo ia das 11h às 14 h e o terceiro começava às 14h e perdurava até às 17h. Provavelmente a limpeza da escola era realizada no intervalo entre o primeiro e o segundo turno, pois não há espaço de tempo livre entre o segundo e terceiro turnos. Das nove turmas atendidas, seis eram de alunos do primeiro ano, o que comprova a crescente demanda da população em busca de educação escolarizada.

Apesar do expressivo aumento das turmas de alfabetização a partir de meados da década de 1950, como pode ser evidenciado na tabela abaixo, Rio Verde ainda contava com um grande número de analfabetos. De acordo com o recenseamento realizado em 1956, a cidade abarcava uma população, acima de 5 anos, de 4.572 habitantes sendo que, destes, 3.090 sabiam ler e escrever, o que representa um percentual de 68, 3%.

TABELA 1 - Crescimento do número de turmas de 1º ano no período de 1954 a 1958

Período	Nº de turmas	Quantidade de alunos	Índice
1954	3	79	100
1955	5	118	149
1956	5	144	189
1957	6	172	217
1958	9	217	275

Fonte: GECB (1954-1958)

Os dados apontam o índice de crescimento de 275% no número de alunos que finalizaram o 1º ano no Grupo Escolar no período de 1954 a 1958. Certamente, a matrícula inicial excedeu bastante esse percentual. No entanto, os dados apresentados constam na Ata de Exames Finais (1954-1958) da instituição de ensino, sendo avaliados, apenas, os alunos frequentes. Os números apresentados revelam a importância do estabelecimento de ensino frente à alfabetização da população rio-verdense.

1.2. Professoras, diretoras e alunos do Grupo Escolar.

Apóstolos da Civilização, assim Souza (1998) denomina os professores dos primeiros grupos escolares, instalados no Estado de São Paulo, nos anos de 1890. A eles coube a missão de difundir a educação primária nos moldes da República, pois, com a importância dada à educação popular nesse período “o professor passou a ser responsabilizado pela formação do povo, o elemento reformador da sociedade, o portador de uma nobre missão cívica e patriótica” (SOUZA, 1998, p. 61)

Essa afirmação incita alguns questionamentos a respeito dos professores que trabalharam no Grupo Escolar César Bastos: quem eram, pois, esses profissionais? Qual sua formação inicial? Participavam de Formação continuada¹⁰? O que significou, para esses profissionais, ser professor no Grupo Escolar? Qual legislação amparava sua profissão? Questionamentos como esses direcionaram à análise de diversas fontes, tais como: livros de ponto, Ata de instalação do Grupo Escolar, Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás (1949) e entrevistas orais.

No ano de sua instalação, em 1947, a Escola Popular de Rio Verde, ficou a cargo da normalista Rosilda Leão Guimarães, tendo como substituta em suas faltas e impedimentos

Carmen de Almeida e Ena Maria Ferreira. (GECB, 1947b). A escolha das professoras esteve sob a responsabilidade do senhor César da Cunha Bastos, fundador da instituição escolar.

De acordo com o depoimento dos entrevistados, essas professoras eram normalistas. A incidência pode ser explicada pela presença da Escola Normal na cidade, instalada desde o ano de 1933. (MENDONÇA, 2005). Além da formação, a interferência política constituiu-se como critério para o ingresso na carreira.

Para ser professora no Grupo Escolar, as condições exigidas para o ingresso não se baseavam em concurso público. Inicialmente, o corpo docente foi formado por professoras, que pertenciam às famílias com alto poder econômico, e que se aliavam, politicamente, aos ideais do seu fundador, César da Cunha Bastos. Assim, a indicação ao cargo esteve ligada ao privilégio político por um lado e, pessoal, por outro: boas moças, de moral inabalável, oriundas da classe média, que viam no magistério primário a principal oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. Dessa forma, “o acesso e a ascensão na carreira não validavam a competência profissional certificada por critérios racionais como o concurso, e sim a indicação e o privilégio político e pessoal”. (SOUZA, 1998, p. 71).

No decorrer da década de 1950 o número de professoras se expandiu, uma vez que ampliar o acesso da população rio-verdense ao ensino primário era uma necessidade, sendo que, as normalistas continuavam a representar a maioria das professoras desta instituição. O uso do substantivo feminino ao referir-se ao profissional da educação justifica-se pelo contato com as fontes sobre a questão de gênero nesta escola primária. No período estudado, apenas um, o diretor Said Elias, era do sexo masculino, sendo as demais, mulheres, inclusive as porteiro serventes.

No que tange à formação continuada, de acordo com a ex-professora Aparecida Elias, de vez em quando o Estado proporcionava algum curso às docentes, que, às vezes, nem tinha relação com a educação. “Certa vez Maria Valadão deu um cursinho de doces”. (ELIAS, 2012). De acordo com ex-diretora, Gélcia, de vez em quando o Estado fornecia cursos de formação para os professores:

Eram cursos de atualização. Davam experiência de trabalho e de conteúdos. Quando havia uma mudança qualquer eles convidavam os professores para fazer o treinamento. Era treinamento que a gente chamava. Algumas vezes tinha que ir pra Goiânia e, de vez em quando, vinha alguém de lá para cá. Eu mesma fiz vários. Todos em Goiânia. (SILVA, 2012)

De acordo com o governador do Estado, Jerônimo Coimbra, no final do ano de 1949 e início de 1950, funcionou, em Goiânia, um curso de férias para professores primários. Assim:

Tais professores, em diário contato com seus colegas da Capital e com as autoridades dirigentes do ensino, aqui receberam novas idéias para a aplicação prática em seus misteres, e o tributo do reconhecimento do Governo pelo trabalho dignificante que vêm realizando em todos os rincões de Goiás, em prol da instrução popular. (GOIÁS, 1950)

Observa-se toda uma movimentação do governo estadual no sentido de preparar as professoras, de acordo com as qualidades indispensáveis ao seu magistério. Todavia, paralelo à questão da formação, houve a necessidade de “melhor definir, caracterizar e/ou controlar a competência do profissional da educação” (FARIA FILHO, 2000, p. 130) e isso ocorreu por meio do Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás, que estabelecia os deveres sociais, pessoais e profissionais das professoras. Desse modo, a legislação estipulava o seguinte:

Art. 102 – Compete aos professores:

- 1) cumprir os Regulamentos e Programas de Ensino;
 - 2) comparecer às aulas com pontualidade, não se retirando senão após concluídos os trabalhos escolares do dia;
 - 3) adotar no ensino e na educação moral e social das crianças os métodos educacionais aconselhados pelas autoridades educacionais do ensino;
 - 4) lecionar consoante os programas adotados, usando os compêndios e livros recomendados oficialmente;
 - 5) ter procedimento público e particular que sirva de exemplo aos alunos;
 - 6) inculcar no espírito dos alunos a necessidade de conservar a saúde, verificando, diariamente, o asseio pessoal dos mesmos, assim como o dever de reverenciar os velhos, zelar pelos fracos e doentes;
 - 7) inspecionar e dirigir a entrada e saída dos alunos;
 - 8) proceder ao inventário dos móveis e utensílios das classes que lhe for distribuída, no início do ano letivo;
 - 9) comunicar, por escrito, ao diretor do estabelecimento qualquer fato que o iniba de lecionar, afim de que seja providenciada sua substituição;
 - 10) organizar, nas Escolas Isoladas e Supletivas, a folha de pagamento, remeter relatório anual, tudo de acordo com o que estatuem os itens 18, 19, 20 e 21 do artigo 101 deste Regulamento;
 - 11) não se valer do cargo para finalidades político partidárias.
- (GOIÁS, 1949, p. 6).

O artigo 12 do Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás sintetiza as atribuições e o perfil do bom professor. Assim, incluem-se como atributos necessários ao bom desempenho desse profissional as características relativas à sua personalidade geral como os seguintes requisitos: ter bom comportamento, de modo que sirva de exemplo aos alunos; ter capacidade de cumprir as determinações do Estado: possuir condições de cumprir o Regulamento e Programa definido pelo Estado, assim como lecionar de acordo com os métodos oficiais; ser responsável: chegar no horário, zelar pela entrada e saída dos alunos, comunicar (com antecedência) sua falta.

Mas, diante de tantas incumbências, qual o significado de ser professora no Grupo Escolar César Bastos? As entrevistas com essas profissionais evidenciaram o apreço que conservavam pela escola, visto que fizeram menção a ela com saudade e respeito. As entrevistadas remetem ao *seu tempo de professora* como sendo um tempo bom, em que gostavam da profissão e fazem alusão positiva a esta experiência, conforme ressaltam:

Tenho boas lembranças! Eu gostava de ser professora no Grupo Escolar. Até hoje, quando pego coisas de escola parece que não vejo o tempo passar e me pergunto: por que eu deixei de ser professora? Mas a vida é essa, a gente não pode fazer só o que quer! (ARAÚJO, 2012).

Eu me sentia feliz, porque eu gostava do que eu fazia, porque não tem nada melhor do que você fazer o que gosta. Quando a gente faz o que gosta, quase não tem nada de ruim. (SIQUEIRA, 2012)

Só tenho lembranças boas. Ruim não existe. Eu gostava demais! Das minhas colegas, nossa! Eu adorava! A gente vivia em família! (ELIAS, 2012).

Estes depoimentos revelam o exercício profissional de professoras que se orgulhavam do trabalho docente, apesar das dificuldades¹¹ encontradas para o exercício do magistério e, além do mais, explicitam um ambiente de trabalho tranquilo e harmonioso, vivenciado no interior da instituição em apreço.

Garantir um ambiente de trabalho harmonioso constituía-se uma das atribuições dos diretores das escolas primárias do Estado, que deveriam ser os responsáveis pela boa administração dos estabelecimentos. Todavia, além dessa função, o que se esperava do diretor? “Dele esperava-se tudo: organizar, coordenar, fiscalizar e dirigir o ensino primário” (SOUZA, 1998, p. 76). Assim, o Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás definia detalhadamente vinte e nove funções a serem executadas por esse profissional.

Ao diretor cabia, então: fazer a matrícula e classificação dos alunos, fiscalizar todas as classes durante o funcionamento das aulas, ser o primeiro a chegar e o último a sair do estabelecimento de ensino, elaborar horários, fiscalizar o cumprimento dos programas oficiais, representar a escola perante a comunidade, organizar folhas de pagamento, zelar pela higiene dos alunos, aplicar advertências aos professores e demais funcionários, organizar os programas das festas escolares, apresentar relatórios anuais, indicar candidatos para a substituição dos professores, além de fazer cumprir todas as determinações oficiais, orientar o processo de ensino dos professores e auxiliá-los no aperfeiçoamento de seus conhecimentos pedagógicos. (GOIÁS, 1949)

Diante de tantas incumbências, o que fica evidente é que, se por um lado o diretor era o responsável pela gestão, que envolvia o incentivo à organização das instituições escolares, a nomeação de professores e toda burocracia escolar, por outro, ele era o responsável pela condução da ação pedagógica, que envolvia a vigilância do programa prescrito pelo Estado e implicava em um monitoramento permanente da conduta do professor. Além desses encargos assinalados, quando o grupo se compunha de até nove classes, cabia ao diretor ministrar aulas para uma turma.

Desse modo, para conseguir cumprir tantas funções, estar na posição de direção de um grupo escolar implicava uma certa autoridade. Visto como “o único responsável pela escola perante o governo.” (SOUZA, 1998, p. 76), o diretor deveria ser respeitado pelos professores, alunos e comunidade local.

Com relação ao acesso ao cargo, a nomeação dos diretores esteve sob a responsabilidade da Secretaria da Educação e atendeu, ou pelo menos deveria atender os seguintes princípios:

Art. 72 – Os diretores de Grupos Escolares serão designados, por dois anos, por Portaria do Secretário da Educação, e escolhidos entre os professores diplomados, de preferência, entre os que hajam recebido curso de administração escolar.

§ 1º - Nas localidades em que não houver professores que satisfaçam totalmente as exigências deste artigo serão designados diretores dentre os professores apenas diplomados.

§ 2º - No interesse do ensino, os diretores poderão ser dispensados antes ou reconduzidos depois de dois anos, se não houver professoras no estabelecimento com as mesmas credenciais exigidas no artigo presente, para rodízio na função.

§ 3º - Em suas faltas e impedimentos, será o diretor substituído automaticamente por professor diplomado, de preferência o mais antigo do estabelecimento.

§ 4º - Não poderá funcionar como diretor no mesmo estabelecimento escolar, cabendo no caso exoneração da função gratificada, o professor que seja cônjuge ou parente até terceiro grau de qualquer dos docentes.

§ 5º - Nos Grupos Escolares de mais de nove classes, o professor que exercer a função de diretor não lecionará, afim de que, com maior eficiência possa orientar e fiscalizar o ensino no estabelecimento a seu cargo. (GOIÁS, 1949, p. 4).

Como representante do governo, cabia então, a ele, decidir, por meio de nomeação, quem conduziria cada estabelecimento de ensino de acordo com as diretrizes oficiais. Dessa forma, o cargo de diretor revestia-se de caráter eminentemente político, o que pode ser evidenciado por meio da nomeação de duas diretoras do Grupo Escolar César Bastos.

Ena Maria Ferreira foi nomeada a primeira diretora da instituição de ensino, no ano em que se tornou Grupo Escolar, ou seja, em 1948. A normalista - filha de um grande amigo político do fundador da escola, senhor César da Cunha Bastos – permaneceu na função enquanto a filiação política de seu pai esteve no comando do Estado de Goiás, ou seja, até o ano de 1951¹².

Após a saída da diretora, assumiu o seu cargo a senhora Gélcia Maria Silva. O seu nome não consta no livro de pontos dos funcionários do Grupo Escolar no período que antecede o seu ingresso na função de diretora, o que evidencia que o Regulamento do Ensino Primário não foi estabelecido, na prática, pelo menos nesta instituição de ensino, isto porque, de acordo com a legislação, teriam preferência para ocuparem o cargo de diretor os professores normalistas do próprio estabelecimento escolar¹³. No entanto, dona Gélcia era amiga e vizinha da esposa do fundador do Grupo Escolar, que, segundo seu relato, a teria convidado para dirigir o estabelecimento de ensino. (SILVA, 2012).

Nas lembranças dos ex-alunos, as funções proeminentes da diretora eram disciplinar e fiscalizar a escola. Segundo eles:

Naquela época a diretora só ficava corrigindo. Acode aqui, acode ali. Punha nós pra dentro da sala e entrava pra dentro da diretoria e ficava lá durante o período da aula. E quando a coisa apertava castigava os alunos. Moleque saía de lá com a orelha vermelha e nunca mais queria voltar lá de novo. (BARROS, 2013).

A diretora fazia o seguinte: dava manutenção lá nos papéis das classes e passava o olho em tudo. E, muitas vezes, dava aulas. (MENEZES, 2013)

A diretora ficava com os alunos de castigo na sala dela. Às vezes ela ficava lá tratando de outros assuntos e a gente ficava esperando. Isso é o que lembro da diretora. (DUARTE, 2013).

Os depoimentos revelam a figura de uma diretora severa, que mantinha a observação, o controle e a intervenção nas atividades discentes desenvolvidas no cotidiano escolar. (FARIA FILHO, 2000). Além dos alunos, os professores e demais funcionários também eram submetidos ao seu olhar vigilante, ordenador e disciplinador.

Os depoimentos expressam a imposição de castigos físicos aplicados aos alunos, o que, de acordo com o Regulamento do Ensino Primário era proibido e, para tanto, caberia ao diretor fiscalizar para que o mesmo não ocorresse. Assim, aquele que seria o responsável pela boa aplicação da legislação mostrava-se omissivo, o que evidencia o distanciamento entre o proclamado pelo Estado e o aplicado nas instituições escolares.

De acordo com os ex-alunos, as professoras também aplicavam castigos aos que ousavam desobedecer as regras impostas pela escola:

Elas colocavam em pé lá na frente. Uma hora era com as costas viradas para a sala e outra hora era de frente. Obedecia! Quero ver quem não obedecia! (BARROS, 2013)

Às vezes não ia para o recreio e ficava lá na sala de aula mesmo! (MENEZES, 2013)

De joelho não colocavam, mas deixavam em pé, virado para a parede. (DUARTE, 2013)

No entanto, a presença de uma escola tão rígida não ocasionou sentimentos negativos nos alunos. Assim, quando questionados sobre as lembranças relativas ao Grupo Escolar, responderam com carinho:

Me recordo com amor daquela escola, porque foi lá que estudei pela primeira vez! Eu morava muito distante, na chácara, e vinha de bicicleta. Então eu vinha de lá para cá, vinha todo dia. Do meio dia às quatro da tarde eu estudava. Na hora do recreio a gente ia brincar de bicicleta no pátio, mas eram poucos os que tinham bicicleta. (DUARTE, 2013).

Era ótimo estudar no César Bastos. As professoras eram ótimas, O ensino era bem valorizado. Era muito bom. Lá aprendia mesmo. Só tenho boas lembranças daquele tempo. (MENEZES, 2013)

Uma coisa que gostava muito era o recreio. A gente gostava de brincar de roda. A disciplina na sala de aula era muito severa. Lá todo mundo era educado e tratava a gente bem. Só que se fizesse alguma gracinha se dava mal. (BARROS, 2013).

Assim, ao mesmo tempo em que a escola se apresentava como um lugar de controle e fiscalização, ela se definia, também, “como espaço de convívio e de encontros” (SOUZA, 1998, p. 144). Estes momentos foram evidenciados durante o recreio, nas brincadeiras de roda e bicicleta, pois meninos e meninas, mesmo ocupando espaços separados no mesmo pátio, podiam desmanchar-se em sorrisos e dedicar-se a brincadeiras. Único momento em que não se exigia tanta disciplina das crianças.

A questão da disciplina era tão consagrada que o Regulamento do Ensino Primário de Goiás, trouxe em seu bojo uma série de prescrições acerca dos deveres dos alunos, como pode ser evidenciado a seguir:

Art. 133 – São deveres do aluno:

- a) comparecer ao estabelecimento com pontualidade, e dê-lo não se retirar sem licença do Diretor;
- b) procede sempre com urbanidade dentro e fora da escola;
- c) preparar convenientemente exercícios e lições;
- d) atender às recomendações dos professores e funcionários;
- e) frequentar, assiduamente, as aulas e trabalhos complementares de natureza obrigatória;
- f) não danificar os objetos escolares;
- g) comparecer às festas escolares e solenidades cívicas.

Art. 134 – Cada aluno receberá, mensalmente, um boletim, contendo suas notas de aproveitamento e comportamento, número de ausências e frequência às aulas e trabalhos práticos e outras anotações, a juízo dos professores.

§ Único – Este boletim, assinado pelo professor da classe, será restituído ao estabelecimento, até o dia 10 do mês seguinte, com o visto do pai ou responsável.

Art. 135 – Em nenhum caso poderão as crianças ser desviadas de seus estudos durante as aulas, nem empregadas na escola em qualquer serviço de competências dos funcionários do estabelecimento. (GOIAS, 1949, p. 8).

Aos alunos que não cumprissem as determinações oficiais seriam aplicadas as seguintes punições: notas baixas de comportamento, comparecimento perante o diretor ou inspetor, admoestação da diretora e suspensão por três dias. Se o ato indisciplinar fosse grave a ponto de colocar em risco a integridade física ou moral do aluno, caberia encaminhá-lo ao Juizado de Menores.

O boletim escolar serviria de mecanismo disciplinador, por meio do qual seriam expostas as notas de aproveitamento e comportamento, que deveriam ser apresentadas aos pais ou responsáveis dos alunos. A imposição do boletim representa, assim, um meio de “levar as famílias a se interessarem pela escola” (FARIA FILHO, 2000, p. 54) e, também, uma forma de compartilhar com os responsáveis legais da criança os seus atos perversos e imorais.

Por meio de tais dispositivos o Estado buscava difundir uma educação escolar pautada na ordem e disciplina, quesitos indispensáveis ao ensino civilizatório e moralizador que visava difundir, isto porque ordem e disciplina “são elementos simbólicos que elevam o valor da escola e dão crédito à instituição educativa”. (SOUZA, 1998, p. 145)

Com relação à procedência dos alunos, segundo entrevistados, a escola atendeu a um grande número de crianças que residiam na zona rural. Por localizar-se afastada do centro da cidade, a localização da escola favorecia o deslocamento de crianças que moravam em chácaras próximas e, até então, encontravam-se sem acesso ao ensino escolarizado. Segundo Faria Filho (2000), a presença de crianças de zonas rurais na escola urbana deve ser considerada como atitude bastante significativa, uma vez que eram vários os obstáculos colocados às mesmas, dentre eles, a questão da distância e horário impróprio.

No que tange ao nível econômico, a maioria pertencia à classe social baixa. Quando questionada sobre a classe econômica dos alunos do Grupo Escolar, dona Maria Siqueira não hesitou em dizer: “No geral eram paupérrimos! Às vezes tinha algum que conseguia levar lanche e aí eu pedia para eles levarem a mais para repartirem com os colegas que, às vezes nem tinham almoçado. Muitos não tinham nem condições de levar o caderno.” (SIQUEIRA, 2012).

Senhor Jaime Menezes, ex-aluno, relata que levava lanche para ser vendido no pátio da escola a fim de arrecadar algum dinheiro, pois a família era de poucos recursos financeiros: “Eu levava lanche e guardava na diretoria e na hora do recreio ia vender para os meninos. Era biscoitinho e doce que minha mãe fazia. Na hora do recreio, enquanto eles brincavam eu ia negociar e vender para arrecadar dinheiro e me manter.” (MENEZES, 2013)

Além das entrevistas, as fontes escritas também revelam o nível social dos alunos que estudavam no Grupo Escolar. Em vários ofícios as diretoras mencionavam que a instituição escolar atendia os alunos pobres, carentes de recursos financeiros. Para tanto, valendo-se deste argumento, sempre recorriam às esferas pública e privada em busca de recursos materiais.

Assim, pode-se dizer que o Grupo Escolar César Bastos atendeu seu objetivo inicial, qual era, atender as necessidades educacionais da população menos favorecida de recursos (GECB, 1947b), que, a passos largos, se apropriava do espaço e dos serviços organizados para ela, na periferia da cidade.

Considerações finais

A pesquisa sobre os quatorze anos iniciais de funcionamento do Grupo Escolar César Bastos (1947-1961), possibilitou indicar algumas conclusões que servem de subsídios para o estudo da questão educacional de Rio Verde/GO, bem como do contexto goiano e brasileiro no período em apreço.

Com relação à questão do espaço escolar, o que se verificou foi uma instituição que possuía um prédio simples, porém que representava uma construção imponente, dada a sua localização, sendo na periferia da cidade. Além do mais, entre uma parede e outra, o que se observou foram espaços minimamente pensados sobre os auspícios de uma educação rígida e fiscalizadora.

Após apresentar os sujeitos do Grupo Escolar (alunos, professoras e diretoras) o que se conclui é que ambos tiveram suas atividades delineadas pelo Estado, que, por meio do Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás de 1949, buscava controlar os espaços e tempos escolares com o objetivo de garantir a homogeneização do ensino, por meio da formação cívica e moral.

Desse modo, pode-se afirmar que as práticas educativas, vivenciadas no interior desta instituição escolar, em alguns momentos, se aproximaram, porém em outros se distanciaram daquelas vivenciadas nos primeiros grupos escolares brasileiros, conforme foi pontuado no decorrer deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). *História da Educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Celia Pezzola de. *O difícil acesso à escola primária pública: Estado de São Paulo, 1945-1964*. 230f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1988.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FARIA, Thaís Bento. *Em traços de Modernidade: a história e a memória do Grupo Escolar “Hugo Simas” (Londrina – PR, 1937-1972)*. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

MENDONÇA, Zilda Gonçalves de Carvalho. *A história da formação docente: a singularidade da escola normal de Rio Verde, GO (1933-1974)*. Goiânia: Asa, 2005.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. *Goiânia, no ‘Coração do Brasil’ (1937-1945): a cidade e a escola reinventando a nação*. 364 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

Fontes históricas

Acervo da Escola Estadual de Tempo Integral César Bastos

GECB. *Ata de instalação da Escola Popular de Rio Verde*. Rio Verde, 1947b.

_____. *Livros de pontos dos funcionários*. Rio Verde, 1947-1961.

_____. *Ofício nº 15: Abaixo assinado*. Rio Verde, 1949.

_____. *Solicitação de nova sala de aula*. Rio Verde, 1949b.

Acervo do Arquivo Público do Estado de Goiás

GOIÁS. *Mensagem dirigida pelo Governador do Estado Jerônimo Coimbra Bueno à Assembleia Legislativa de Goiás em sua 1ª sessão ordinária no ano de 1950*. Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goiaz, 1950.

_____. *Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiaz*. Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goiaz, 1949.

Acervo da Câmara Municipal de Rio Verde

RIO VERDE. *Projetos de Leis: 1947-1960*. Estabelece a despesa do município com educação pública para o período de 1947 a 1960. Rio Verde: Atas de Projetos de Leis, 1946-1947; 1948-1951; 1951-1955; 1956-1960.

Fontes orais

ARAÚJO, Luzia. Entrevista concedida em 23/08/2012. (50 min.). Nasceu no dia 23/12/1934 e iniciou sua carreira como professora do Grupo Escolar César Bastos no ano de 1956. Escolaridade: Superior em Letras.

BARROS, Aníbal Ataídes. Entrevista concedida em 05/02/2013. (40 min.). Nasceu no dia 22/06/1939 e foi aluno do Grupo Escolar César Bastos no período de 1955 a 1958, cursando do 1º ao 4º ano. Escolaridade: Primário incompleto. Profissão: agropecuarista.

DUARTE, Jairon Nogueira. Entrevista concedida em 22/01/2013. (30 min.). Nasceu no dia 29/01/1940 e foi aluno do Grupo Escolar César Bastos no período de 1951 e 1952, cursando o 1º e 2º anos. Escolaridade: Segunda série ginásial. Profissão: marceneiro.

ELIAS, Aparecida. Entrevista concedida em 10/09/2012. (52 min.). Rio Verde. Nasceu no dia 11/05/1929 e iniciou sua carreira como professora do Grupo Escolar César Bastos no ano de 1955. Escolaridade: Curso Normal.

LEMES, Maria. Entrevista concedida em 20/02/2013. (55 min.). Rio Verde. Nasceu no dia 20/06/1938 e foi aluna do Grupo Escolar César Bastos no período de 1948 e 1949, cursando 3º e 4º anos. Na década de 1970 ingressou como professora deste estabelecimento. Escolaridade: Superior em Direito e Letras.

MENEZES, Jaime Almeida. Entrevista concedida em 25/01/2013. (30 min.). Rio Verde. Nasceu no dia 25/11/1937 e foi aluno do Grupo Escolar César Bastos no período de 1947 a 1950, cursando do 1º ao 4º ano. Escolaridade: Primário completo. Profissão: horticultor.

SILVA, Gécia Maria Silva. Entrevista concedida em 24/08/2012. (60 min.). Rio Verde. Nasceu no dia 02/03/1929 e foi diretora do Grupo Escolar César Bastos em períodos alternados, entre os anos de 1951 e 1960. Escolaridade: Superior em Letras.

SIQUEIRA, Maria. Entrevista concedida em 21/09/2012. (58 min.). Rio Verde. Nasceu no dia 11/04/1940 e iniciou sua carreira como professora do Grupo Escolar César Bastos no ano de 1957. Escolaridade: Superior em Letras. Profissão: professora aposentada.

¹ Este trabalho resulta do estudo realizado durante a pesquisa desenvolvida no Mestrado em Educação (2012-2013), na linha História e Historiografia da Educação, pela Universidade Federal de Uberlândia.

² Mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é acadêmica do Doutorado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Contato: mariazinharv@hotmail.com

³ Professora Adjunta IV do Curso de Pedagogia (FACIP-UFU) e do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia, MG. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Contato: betania@pontal.com.br.

⁴ Segundo grupo escolar instalado na cidade de Rio Verde-GO.

⁵ Não foram encontradas fontes relativas à planta da unidade escolar ou meio de aquisição do terreno. De acordo com a entrevistada Guimarães (2012), certamente o terreno foi adquirido por meio de requerimento junto à Prefeitura Municipal de Rio Verde, o que era muito comum na época.

⁶ De acordo com Souza (1998), a disposição retangular da sala de aula facilita a visualização e disposição das carteiras e concentração da atenção dos alunos em uma das extremidades, isto é, onde fica o professor e o quadro negro.

⁷ César da Cunha Bastos, fundador do Grupo Escolar, pertencia à UDN, partido do Governador do Estado e oposição ao PSD, partido do Prefeito de Rio Verde da época. Percebe-se pelo documento, uma luta política travada entre o dirigente municipal e o dirigente estadual, o que deixava, à mercê, a instituição de ensino.

⁸ Sob a vertente do Regulamento, o número de alunos informados no ofício do dia 09 de maio excederia o determinado pela legislação para as turmas de primeiro ano.

⁹ A Constituição Federal determinava um aumento de 10 para 20% nas quotas de impostos municipais que deveriam ser destinados à educação. No entanto, o município de Rio Verde não dispensou mais do que 11,7% de sua arrecadação ao ensino. (RIO VERDE, 1947-1960).

¹⁰ O termo formação continuada será aqui empregado com o significado de capacitação em serviço. De acordo com Faria (2010), o termo, utilizado na atualidade, recebeu ao longo da história da formação de professores outras denominações, sendo que, entre as décadas de 1930 e 1970, passou a ser definida como treinamento e/ou capacitação, dentre outras.

¹¹ De acordo com a ex-professora Maria Siqueira os alunos eram muito pobres e faltava recurso material para o ensino. (SIQUEIRA, 2012)

¹² De 1947 a 1951 o Estado de Goiás foi governado por homens que pertenciam à UDN, partido político do responsável pela instalação do Grupo Escolar, senhor César da Cunha Bastos.

¹³ De acordo com os entrevistados e, como mencionado anteriormente, todas as professoras do Grupo Escolar César Bastos eram normalistas.

Recebido: dezembro-13

Aprovado: setembro-14